

A constituinte está convocada

A promulgação da emenda constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte foi feita ontem. A cerimônia foi curta e reuniu grande parte do mundo político que atua no Distrito Federal.

O ato é de grande importância e representa claramente o atendimento à uma reivindicação de toda a sociedade brasileira, cansada de viver num regime híbrido de autoritarismo e um emaranhado de regras sem coerência nem consistência.

A decisão está tomada e os próximos eleitos para o Congresso Nacional terão a tarefa de nos dar uma Lei Magna. As esperanças de todos são de que desta vez possamos ter uma Constituição durável e que mereça este nome. Nada ainda está feito neste domínio e para que hajam êxito várias condições são necessárias.

Em primeiro lugar é importante que haja um pleito limpo e escoimado dos vícios correntes em nossa vida política. A limpeza do corpo eleitoral de cidadãos fantasiosos, os eleitores fantasmas, é imprescindível para que o voto do cidadão livre não seja confrontado com fraudes e adulterações. Aos poderes públicos cabe a tarefa de realizar a depuração nos cadastros eleitorais. A Justiça eleitoral cabe fiscalizar este trabalho imprescindível.

Para que a sociedade se encontre em sua Constituinte é indispensável que se instale no País um debate claro sobre as diferentes orientações a serem adotadas pelos representantes do povo. Para que não haja equívocos é importante que os partidos políticos sejam responsáveis e claros diante dos eleitores. Cada capítulo da Constituição é fundamental.

Desde o regime que será adotado, presidencialismo ou parlamentarismo, até as definições dos direitos dos cidadãos e as orientações gerais da política social, tudo deve ser levado aos cidadãos. Só assim poderá haver uma escolha consciente por parte dos eleitores.

Não estamos a nos colocar em posição idealista que admite que nosso povo estaria em condições de assistir com proveito um debate de doutos. O problema é de fornecer opções claras e, por patriotismo, abandonar tanto quanto possível os recursos à demagogia. Só assim podermos ter uma Assembléia capaz de corresponder às expectativas da sociedade.

O eleitorado purificado das atuais deformações e debate claro são pré-requisitos para o êxito no trabalho dos constituintes, mas eles só nada garantem. O importante é que na preparação e na elaboração da nova Lei Magna haja sempre a preocupação em que o povo, o cidadão comum, seja capaz de identificar-se com o produto desta laboriosa obra. Sem isto é muito provável que o sonho de uma Constituição duradoura não se concretize.

Afirmar e defender a importância da reordenação jurídica do País é importante. Seria perigoso, entretanto, fazer crer que todos os problemas do País estarão resolvidos com isto. É importante também, que os limites da eficácia da Constituição sejam claramente anunciados. É perigoso se gerar ilusões de que uma Constituição possa resolver a crise do País, gerar, por si só riqueza e igualdade. Ela terá apenas o papel normativo mais geral dos esforços insubstituíveis dos cidadãos por um país mais rico e mais justo.